



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Comissão

### 3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### 5 - MANIFESTAÇÕES

### 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 8 - ERRATA



## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 28/6/2012

#### Presidência do Deputado Carlos Pimenta

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Anselmo José Domingos - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Délio Malheiros - Doutor Viana - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Marques Abreu.

#### Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Carlos Pimenta) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 29, às 14 horas, nos termos do edital de convocação.

### ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/6/2012

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura, Duarte Bechir e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil; do Sr. Antônio Jorge Ramalho, Chefe de Gabinete do Ministério da Educação; do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig; da Sra. Iolanda Nascimento Batista, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde; do Sr. João dos Reis Canela, Reitor da Unimonte (31/5/2012); do Sr. Hércio José Ramos Brandão, Superintendente de Relações Internacionais da Aneel; e da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (1º/6/2012). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Rosângela Reis e do Deputado André Quintão em que solicitam seja encaminhado ao Tribunal de Justiça e à Defensoria Pública do Estado pedido de providências para incluir matéria referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente nos cursos preparatórios de suas respectivas carreiras; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - e à Secretaria de Estado Extraordinária da Copa do Mundo



pedido de providências para definir uma agenda de ações de prevenção do trabalho infantil e do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo em vista a realização da Copa das Confederações, em 2013, e da Copa do Mundo, em 2014, com a ampliação dos investimentos para a efetivação dessa agenda; seja encaminhado à Sedese pedido de providências para a realização de diagnóstico específico sobre o trabalho infantil em Minas Gerais; seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - pedido de providências para incluir em sua grade curricular matéria referente ao estatuto da Criança e do Adolescente; seja encaminhado às Corregedorias do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública do Estado e ao Conselho Nacional de Justiça pedidos de providências para coibir a expedição de autorização judicial para o trabalho de adolescentes menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, conforme previsto na Lei Federal nº 10.097, de 2000 - Lei do Aprendiz; e seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para ampliar os investimentos para a melhoria da estrutura e das condições de trabalho do Conselho Estadual de Assistência Social e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente a fim de que possam aprimorar o exercício do monitoramento e da deliberação sobre a política de assistência social. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2012.

André Quintão, Presidente - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

### **ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/6/2012**

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Sr. Olivar José Dias, Agente de Segurança Prisional, encaminhando denúncia de abuso de autoridade, praticado por policial militar, no Município de Coromandel; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", no dia 14/6/2012, do Sr. Antônio Carlos Tardeli, Diretor-Geral do Detel-MG. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.246/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues (2), em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares, lotados na 2ª CIA Rotam/ BTL Rotam, pela atuação que culminou na apreensão de 1.017 pedras de crack, 100 gramas de maconha, 3 armas de fogo, além de materiais para embalar drogas, encontrados escondidos em um lote vago no Bairro Landi, Município de Ribeirão das Neves; seja formulada manifestação de aplauso ao Sargento PM José Nilton Araújo, lotado na 174 Cia PM ESP/33 BPM da Polícia Militar de Minas Gerais, pela atuação na coordenação do projeto da Associação Guarda Mirim Alferes Tiradentes de Betim - AGMAT-B -, que visa atender crianças e adolescentes em vulnerabilidade social e econômica da região do Citrolândia; dos Deputados Sargento Rodrigues e Gilberto Abramo, em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação contratual dos agentes penitenciários e socioeducativos, contratados por tempo determinado, em conformidade com o disposto na Lei nº 18.185, de 2009, tendo em vista a proximidade do termo final dos prazos máximos de contratação da referida lei, bem como debater a previsão do próximo processo seletivo simplificado e de concursos públicos para provimento dos cargos desta área; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues (5), em que solicitam seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de MG e ao Secretário de Defesa Social pedido de providências com vistas à destinação de um helicóptero para o 7º BBMMG, para garantir a celeridade e eficácia no atendimento a vítimas de acidentes no trânsito da região, haja vista as grandes distâncias usualmente percorridas em operações de emergência; seja encaminhado ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - e ao Coordenador da 6ª Coordenadoria Regional do DER-MG, em Montes Claros, pedido de providências para promover entendimentos junto à Chefia da Delegacia da Polícia Rodoviária Federal de Montes Claros, ao Comando da 11ª Cia Ind. de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG e ao Comando do 7º BBMMG, com vistas à identificação dos locais onde são necessários mata-burros nas adjacências das rodovias da região e aos encaminhamentos necessários para construí-los, diminuindo assim a possibilidade de acidentes e vitimizações; seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Sede - pedido de providências para a universalização do sinal de telefonia celular em áreas rurais e distritos; seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Cabo PM Gladstone Alexandre Soares, ocorrido em 15/6/2012, em decorrência do exercício de suas atribuições de Policial Militar; seja formulada manifestação de aplauso ao Cabo PM Délio Lúcio Campolina e à 205ª Cia do 40º BPM, na qual está lotado, pelo profissionalismo e pela excelência no serviço prestado em Esmeraldas, prendendo assaltantes que arrombaram a casa do Sr. Sidmar Lúcio dos Santos e recuperando os bens furtados com a máxima presteza. Logo após, é recebido pela Presidência o requerimento do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a retomada, por parte da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, do imóvel no qual está instalada a 9ª Cia da PMMG do 34º Batalhão da Polícia Militar, em conjunto com a 4ª Delegacia Regional Noroeste da Polícia Civil. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2012.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Dalmo Ribeiro Silva - Sargento Rodrigues.

## **ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/6/2012**

Às 10h15min, comparece na Câmara Municipal de Juiz de Fora a Deputada Luzia Ferreira, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Luzia Ferreira, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater estratégias para a interiorização do Sistema Nacional de Cultura em Minas Gerais, em parceria com a Representação Regional Minas Gerais do Ministério da Cultura, com a Secretaria de Estado da Cultura e com o Fórum de Políticas Culturais de Minas Gerais. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Antônio Carlos Siqueira Dutra, Superintendente da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, de Juiz de Fora, representando o Sr. Custódio Antônio de Mattos, Prefeito Municipal; e Bernardo Novais da Mata Machado, Diretor de Programas Integrados da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura; e a Sra. Sônia Maria de Melo Queiroz, Diretora de Ação Cultural da UFMG, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, a Deputada Luzia Ferreira tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida sua finalidade, agradece a presença dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2012.

Elismar Prado, Presidente.

## **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/6/2012**

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Antônio Carlos Arantes e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a insatisfação de produtores rurais com o Conselho Regional de Engenharia e Agropecuária de Minas Gerais - CREA-MG -, no tocante à exigência de Responsabilidade Técnica - RT - para obras e empreendimentos rurais e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.096 e 3.114/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Dilzon Melo, Ulysses Gomes e Dalmo Ribeiro Silva em que solicitam sejam encaminhados ao Secretário de Estado de Defesa Social e ao Comandante Geral da PMMG pedido de alteração dos horários da patrulha rural para fornecer maior proteção no período noturno, quando ocorre grande incidência de roubos; e Antônio Carlos Arantes em que solicita seja encaminhada ao Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho - 3ª Região cópia do relatório da visita realizada à referida instituição no dia 20/3/2012. A seguir, é aprovado o referido relatório, que segue publicado após as assinaturas. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Patrícia Monteiro, Supervisora de Fiscalização do CREA-MG, e os Srs. Carlos Roberto Alves, Assessor Técnico da Presidência do CREA-MG; Paulo Afonso Romano, Secretário Adjunto de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o Sr. Elmiro Alves do Nascimento, Secretário; Renato Rodrigues e Chaves, Gerente Técnico e de Fiscalização do CREA-MG, representando o Sr. Jobson Nogueira de Andrade, Presidente; Francisco Maurício Barbosa Simões, Coordenador da Assessoria Jurídica da Faemg, representando Roberto Simões, Presidente; Eduardo Nascimento, Assessor de Meio Ambiente da Fetaemg, representando o Sr. Vilson Luiz da Silva, Presidente; José Rogério Lara, Diretor Técnico da Emater, representando o Sr. Bernardino Cangussu Guimarães, Diretor Administrativo e Financeiro; Carlos Pereira Mota, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Conceição do Rio Verde; José Éder Leite, Presidente do Sindicato Rural de Pitangui; e Domingos Inácio Salgado, Presidente do Sindicato de Cássia, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Liza Prado - Doutor Viana - Rogério Correia.

### **RELATÓRIO DE VISITA**

#### **Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial**

**Local visitado:** Procuradoria Regional do Trabalho - 3ª Região, do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais.

#### **Apresentação**

A requerimento dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Doutor Viana e Romel Anízio, aprovado em 17/8/2011, foi solicitado ao Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho - MPT -, 3ª Região, com sede em Belo Horizonte, que recebesse



a Comissão e seus convidados para debater problemas relacionados à terceirização de mão de obra na silvicultura. Aceita a solicitação, foi estabelecida a data de 20/3/2012 para a realização da visita.

No dia marcado, os membros da Comissão - Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Doutor Viana e a Deputada Liza Prado - compareceram acompanhados dos Srs. Antônio Tarcizo de Andrade e Silva, representante da Associação Mineira de Silvicultura - AMS -, e Bruno Melo Lima, representante do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais - Sindifer. A comitiva foi recebida pelo Dr. Helder Amorim, Procurador-Chefe do MPT, e pela Dra. Sônia Toledo.

### **Relatório**

A terceirização de mão de obra na silvicultura vem sendo discutida na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial desde 13/4/2011, quando foi realizada uma audiência pública sobre o tema. Devido ao não comparecimento de representante do Ministério Público do Trabalho - MPT - a essa audiência, a Comissão requereu a realização de uma visita técnica ao órgão.

Nessa visita, os membros da Comissão foram recebidos pelo então Procurador-Chefe do Trabalho em Minas, Dr. Arlélcio de Carvalho Lage. Na ocasião, foi programada a realização de novo encontro no órgão federal, oportunidade em que a AMS faria uma apresentação técnica a membros do MPT lotados no Estado. Tal reunião não se realizou, gerando requerimento da Comissão para nova visita, a qual passamos a relatar.

A reunião ocorrida em 20/3/2012 teve início com a exposição dos Deputados e convidados sobre a situação insustentável vivida pelo setor de silvicultura, que vem sendo alvo de inúmeras ações propostas pelo MPT relacionadas à terceirização de mão de obra. Segundo os expositores, torna-se inviável para o setor realizar todas as operações relativas à produção da madeira, como o plantio florestal, a manutenção do cultivo e a colheita da madeira, sem a utilização de serviços de terceiros. Isso se deve à complexidade das operações e ao grau de especialização exigido do profissional. Outro fator apontado para justificar a necessidade de mão de obra terceirizada foi o caráter itinerante das operações, já que a atividade se desenvolve em extensa área geográfica.

Após a exposição, passou-se a discutir a forma de atuação do MPT no País.

O Procurador-Chefe esclareceu que sua função está relacionada às atividades administrativas necessárias ao bom funcionamento da região sob sua jurisdição, não cabendo a ele fazer qualquer recomendação técnica ou interferência no trabalhos dos Procuradores, que gozam de total independência funcional como membros do Ministério Público.

Informou, porém, que, percebendo a necessidade de alinhar conhecimentos e formar opiniões mais fundamentadas, sem, no entanto, determinar as ações de seus membros, o MPT criou, em Brasília, coordenadorias temáticas que contam com representação de todas as regiões (24 ao todo). Sob um comando nacional, essas coordenadorias discutem e propõem deliberações gerais que cumprem a função de expressar o entendimento comum do colegiado sobre cada tema, com o objetivo de orientar os membros do órgão em sua atuação local.

Uma delas, a Coordenadoria de Combate às Fraudes nas Relações de Emprego - Conafrete -, coincidentemente, estava reunida nos dias 20 e 21 de março em Brasília, discutindo, entre outros temas, o da terceirização na silvicultura. O Procurador-Chefe sugeriu que o setor e a própria Comissão se inteirassem sobre o funcionamento dessa coordenadoria e da representação de Minas nesse colegiado, para alcançar maior efetividade nas suas ações de convencimento.

Oportunamente, o Procurador-Chefe informou que, a fim de se preparar para a visita da Comissão, solicitou de sua assessoria levantamento de todos os casos de ações propostas pelo MPT no Estado relativas à terceirização na silvicultura. Tendo localizado 27 ações judiciais, das quais 14 contam com acordos firmados, organizou uma pasta contendo todos os processos e entregou-a aos Deputados. O resumo das sentenças ou acordos firmados com as empresas réis nessas ações, produzido gentilmente pela assessoria jurídica da AMS, encontra-se em poder da Comissão para consulta.

Da leitura desse resumo, o leitor depreende que as sentenças e acordos - praticamente 100% deles - implicam veto total à terceirização nas atividades de florestamento, reflorestamento e transformação do carvão vegetal. Essa constatação demonstra, de forma inequívoca, o aprisionamento dessas empresas à realidade de trinta anos passados, quando o estabelecimento do setor de base de florestas plantadas no País foi moldado pela concessão de incentivos fiscais a empresas que, por sua vez, eram impelidas a registrar como atividades-fim em seu contrato social todo o ciclo produtivo do reflorestamento.

Vale lembrar que, daquela época para a atual, o Brasil, tendo Minas como ponta, saiu de um nível tecnológico medíocre, quase amador, para se posicionar hoje como destaque mundial na tecnologia silvicultural. Por meio de investimentos maciços em Pesquisa & Desenvolvimento, o setor privado, em parceria com renomadas universidades públicas, especializou as técnicas e os profissionais nas áreas de genética, reprodução clonal, manejo de solos florestais, cultivo, exploração e exploração florestal, além, é claro, de ter desenvolvido a tecnologia de transformação da madeira, seja para carvão vegetal, seja para celulose.

Em resumo, o que antes se fazia com um grupo de trabalhadores dedicados e generalistas, hoje demanda mestres e doutores, além de técnicos e operadores de máquinas ultraspecializados, que não se encaixam em regimes de dedicação exclusiva no quadro de uma única empresa. Essas considerações justificam a insistência desta Comissão em tornar claro o cenário contemporâneo desse segmento econômico pujante aos olhos do MPT e do Judiciário no Estado de Minas Gerais.

Ao final da visita, a Deputada Liza Prado solicitou atenção do Procurador-Chefe para dar maior celeridade aos encaminhamentos relativos ao caso de empresa terceirizada da Infraero com atuação no aeroporto de Uberlândia que, em função de processo falimentar, vem submetendo seus empregados a atrasos no pagamento de salários e na concessão de vales-alimentação e transporte.

### **Encaminhamento**

A partir da discussão e seguindo recomendação do Procurador-Chefe do MPT, são encaminhamentos possíveis para a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial:

- aprovar requerimento para a realização de reunião com convidados para ouvir a Procuradora representante de Minas na Coordenadoria de Combate às Fraudes nas Relações de Emprego - Conafrete -, Dr<sup>a</sup>. Andréa Ferreira Bastos, ou quem eventualmente a tenha substituído, quanto ao direcionamento dado ao tema "terceirização na silvicultura" na reunião ocorrida nos dias 20 e 21 de



março, em Brasília. Outros convidados sugeridos: representantes da AMS, do Sindifer e o Deputado Bernardo Santana, membro da Frente Parlamentar da Silvicultura na Câmara dos Deputados;

- a partir dos resultados obtidos na reunião sugerida anteriormente, com apoio da Frente Parlamentar da Silvicultura da Câmara dos Deputados, solicitar ao Coordenador Nacional da Conafrete, Procurador José de Lima Ramos Pereira, oportunidade para apresentação de argumentos técnicos pela Comissão e seus convidados quanto à necessidade de flexibilização das posições do Ministério Público do Trabalho em relação à terceirização na silvicultura no Estado de Minas Gerais, quando da próxima reunião da coordenadoria.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Liza Prado - Romel Anízio.

## **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/6/2012**

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Gustavo Valadares, por indicação da Liderança do BRT), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Doutor Viana e Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a necessidade de efetivar um plano emergencial com alternativas para o fluxo de veículos nas principais vias de acesso a Belo Horizonte quando da ocorrência de acidentes e de veículos danificados e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ivan Godoi, Gerente de Tráfego e Segurança da Diretoria de Operações, representando o Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; Alexandre Lucas Alves, Coordenador Municipal de Defesa Civil; e Marcos Antônio de Oliveira, Gerente de Simulação de Transportes, Trânsito e Programação Semafórica da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, representando o Sr. Marcio Araujo de Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Leonardo Gonçalves Reis, Coordenador de Engenharia de Trânsito da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem, representando a Sra. Marília Aparecida Campos, Prefeita Municipal de Contagem; Leopoldo Fernandes de Souza, Gerente de Trânsito, representando o Sr. William Lúcio Goddard Borges, Prefeito Municipal de Sabará; Maurílio Laureano da Silva, Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, representando o Sr. Wallace Ventura Andrade, Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves; Ramon Sandoli de Aguiar Lisboa, Coordenador de Operações Policiais, representando o Sr. Oliveira Santiago Maciel, Chefe do Detran-MG; o Ten.-Cel. PM Roberto Lemos, Comandante do Batalhão de Polícia de Trânsito de Belo Horizonte; o Ten.-Cel. PM Sebastião Olímpio Emídio Filho, Comandante do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária; o Ten.-Cel. PM Geraldo Donizete Silva, Comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar Rodoviária; e o Sr. Avelino Moreira de Araújo, Diretor-Secretário do Sindicato dos Taxistas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Duarte Bechir, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2012.

Juninho Araújo, Presidente.



## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Leite, Adalever Lopes, Gustavo Corrêa e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/7/2012, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de dar posse ao Presidente e à Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2012.

Luzia Ferreira, Presidente "ad hoc".



## **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 568/2011**

#### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 568/2011, de autoria do Deputado Agostinho Patrus Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocos do Moji o imóvel que especifica, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### **PROJETO DE LEI Nº 568/2011**

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocos do Moji o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Tocos do Moji imóvel constituído de terreno com área de 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), registrado sob o nº 9.984-A, a fls. 220 do Livro 3-G, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Borda da Mata.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o “caput” destina-se ao funcionamento de escola municipal.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Duarte Bechir, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.561/2011**

#### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.561/2011, de autoria do Deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goiabeira o imóvel que especifica, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### **PROJETO DE LEI Nº 1.561/2011**

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goiabeira o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Goiabeira imóvel com área de 15.504m<sup>2</sup> (quinze mil quinhentos e quatro metros quadrados), situado naquele Município, registrado sob o nº 1.687, a fls. 165 do Livro 3-B, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Conselheiro Pena.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o “caput” destina-se à instalação de apoio operacional da Prefeitura e a atividades de interesse social da comunidade.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Duarte Bechir, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.667/2011**

#### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.667/2011, de autoria do Deputado Dinis Pinheiro, que altera dispositivos da Lei nº 11.963, de 30 de outubro de 1995, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santa Cruz do Escalvado, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Deve-se registrar que esta Comissão aprimorou a redação do art. 1º do projeto, com o objetivo de ajustar o foco da norma para a destinação do imóvel e, assim, melhor articulá-la com a lei por ela alterada.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### **PROJETO DE LEI Nº 1.667/2011**

Altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 11.963, de 30 de outubro de 1995, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Cruz do Escalvado o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O imóvel de que trata a Lei nº 11.963, de 30 de outubro de 1995, passa a destinar-se à instalação de apoio operacional da Prefeitura e à construção de Centro de Referência de Assistência Social – Cras – e de quadra poliesportiva.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere este artigo reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da data de publicação desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no “caput”.



Art. 2º – Fica revogado o art. 2º da Lei nº 11.963, de 1995.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Duarte Bechir, relator - Dalmo Ribeiro Silva.



## COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 28/6/2012, a seguinte comunicação:

Dos Deputados Tiago Ulisses e Gustavo Corrêa, notificando o falecimento da Sra. Márcia Guimarães de Faria, ocorrido em 26/6/2012, em Belo Horizonte. (- Ciente. Oficie-se.)



## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com o Centro Cultural Humberto Mauro pelos 10 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.020/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte pela aprovação da reforma do Colégio Estadual Central conforme o projeto arquitetônico original (Requerimento nº 3.022/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Estúdio V Artes Visuais pelo lançamento da revista "Prosa" (Requerimento nº 3.023/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Pastor Antônio Rosa da Silva, Presidente das Assembleias de Deus de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso, Mesquita, Joanésia, Braúnas, Açucena, Naque, Dores de Guanhões, Belo Oriente, Gonzaga e Santa Efigênia de Minas, pelos 75 anos de vida e 50 anos de ministério (Requerimento nº 3.084/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Primeira Igreja Presbiteriana de Coronel Fabriciano pelos 53 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.145/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de aplauso à Escola Estadual Ordem e Progresso pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.165/2012, do Deputado Bosco);

de aplauso à Santa Casa de Caridade de Diamantina pelos 222 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.166/2012, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. Manoel Gandra Fonseca, jornalista, escritor, poeta e compositor, mineiro de Formiga, coautor da canção "Quem sabe", classificada para o Festival Nacional da Canção (Requerimento nº 3.184/2012, do Deputado Gustavo Valadares);

de congratulações com a Escola Estadual Ana Laura Pereira por sua participação no Projeto Água Limpa, que tem como objetivo o reaproveitamento do óleo residual para a produção de biocombustíveis (Requerimento nº 3.200/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Corporação Musical União Itabiritense pelo transcurso de seu 82º aniversário (Requerimento nº 3.206/2012, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sr. José Roberto Soares Scolforo e com a Sra. Édila Vilela de Resende Von Pinho por sua posse nos cargos de Reitor e Vice-Reitora da Universidade Federal de Lavras (Requerimento nº 3.238/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Sr. Antônio Nazareno Guimarães Mendes pelas diversas conquistas obtidas pela Universidade Federal de Lavras no quadriênio 2008-2011, período em que foi Reitor dessa instituição de ensino (Requerimento nº 3.243/2012, do Deputado Fábio Cherem);

de congratulações com o Sindicato dos Policiais Federais no Estado de Minas Gerais pelos seus 23 anos de fundação e pelo lançamento da revista em comemoração a esse aniversário (Requerimento nº 3.246/2012, da Deputada Liza Prado);

de congratulações com o Sr. Jackson de Oliveira dos Santos pela contribuição com os trabalhos da Comissão da Pessoa com Deficiência (Requerimento nº 3.248/2012, do Deputado Marques Abreu);

de congratulações com o Gate pelos 25 anos de sua criação (Requerimento nº 3.306/2012, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso ao Gate da PMMG pela excelente atuação no sequestro de uma Gerente de Banco, em 5/6/2012 (Requerimento nº 3.313/2012, da Comissão de Segurança Pública).

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 26/6/2012**

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, venho a esta tribuna para tratar de um assunto que considero muito grave. O Deputado Pompílio Canavez fez menção agora ao que muitos chamam de golpe constitucional contra Fernando Lugo no Paraguai.

Aqui em Minas estamos correndo o risco de termos também um ataque frontal à livre organização dos eletricitários, dos trabalhadores da Cemig. Houve recentemente algumas demissões injustificadas de trabalhadores que dedicaram toda a sua vida a essa empresa, que dispuseram parte de seu tempo para a organização sindical, para o trabalho interno de prevenção de acidentes. São pessoas que conheço, que têm competência técnica comprovada, mas que, infelizmente, talvez tenham incorrido num erro que, para nós, do PT, é virtude: dedicaram-se à causa sindical, lutaram por direitos trabalhistas e, em alguns casos, foram à Justiça. Isso é muito sério.

Deputado Pompílio Canavez, para citar alguns casos, estamos falando de trabalhadores da Cemig como Goethe, nosso amigo, 28 anos; Paulo Marinho, 29 anos; Cláudio Coelho, 22 anos; Adriana Lúcia Melo, 21 anos de serviços dedicados à Cemig, que, juntamente com outros 16 trabalhadores da Cemig S, a chamada Cemig Serviços, também foram demitidos. Chamo a atenção da Assembleia porque isso aconteceu coincidentemente após eles participarem de uma audiência pública da Comissão do Trabalho desta Casa. Isso é uma afronta ao trabalho desta Casa. O dia em que servidores não puderem comparecer na Assembleia para tratar de assuntos pertinentes à administração pública, esta Casa deixará de cumprir seu papel.

Nossa bancada, com a do PMDB, esteve com o Presidente da Cemig, a quem me dirijo respeitosamente para pedir-lhe rever essa posição. A carta que nos foi enviada argumenta que esses ex-empregados recentemente desligados apresentam histórico de incompatibilidade com os valores da companhia, ferindo preceitos do código de ética. Mas como, se eles foram demitidos sem justa causa? Quando alguém fere preceito ético, é demitido por justa causa. Como feriram, como são incompatíveis com a história da empresa se sequer há advertência registrada contra algum desses trabalhadores? Será que é coincidência o fato de esses demitidos terem integrado ações sindicais, Cipa, lutado por seus direitos? Por que eles? Acredito até que sejamos contrários a que a Cemig tenha, talvez por pressão de seus acionistas, plano de reestruturação de governança terceirizada. Sabemos o rumo da repartição de lucros e da piora na prestação dos serviços, em que pese ao esforço do grande contingente de dignos trabalhadores da empresa.

Não podemos admitir, neste momento da história democrática do País, que haja tipos de coerção, de uma espécie de pressão velada sobre o movimento sindical, porque atrás desses trabalhadores há pais de família, há pessoas que têm nome, cabedal técnico.

O Deputado Rogério Correia deve, daqui a pouco, ler carta de uma das demitidas, a Adriana. É uma pessoa responsável por projetos importantes, inclusive projetos do governo do Estado, como a Linha Verde. O Goethe, um dia antes de ter comunicada sua demissão sem justa causa, tinha acabado de aprovar projetos fundamentais para a infraestrutura da Copa do Mundo, particularmente relacionados com a grande arena que é o Mineirão.

Qual é essa incompatibilidade com a empresa? Pergunto aos Srs. Deputados: se V. Exas. tivessem funcionários nos seus gabinetes demonstrando incompatibilidade com os princípios políticos dos mandatos, colocariam aos cuidados desses funcionários responsabilidades de coordenação de campanha, de acompanhamento de Municípios? Não. É incompatibilidade, Deputado Pompílio, política. E isso é antidemocrático. Isso é um assunto sério porque envolve seres humanos, pessoas que têm um nome a ser preservado. Muitas dessas pessoas estão em tratamento de saúde, que têm famílias.

Os Deputados me conhecem e sabem que não sou de vir à tribuna para fazer pirotecnia e demagogia. Estou falando de pessoas que conheço, com quase 30 anos de Cemig.

Lendo a carta do Presidente, se há princípio ético da empresa que foi ferido, ela tem de vir a público e comprovar, sob pena de ser questionada na Justiça por danos morais. Esse é um assunto que extrapola, neste momento, a questão só da Cemig. Segundo denúncias, alguns servidores foram demitidos após participar de audiência pública nesta Assembleia. Isso é muito grave.

Então, apelo ao Governador Anastasia, pessoa que tem senso e compromisso público. Podemos ter nossas divergências partidárias, mas ele tem sentimento de respeito às normas do serviço público. Queria que alguém da base me explicasse um fato. Se a demissão é sem justa causa, como a justificativa para a demissão é quebra de hierarquia, incompatibilidade com os princípios da empresa, por ferir princípios éticos? Ora, vejamos a contradição. Se é isso tudo, a demissão tem de ser por justa causa. Como se demite um funcionário que está prestes a se aposentar, a 11 meses da aposentadoria? Não-lhe pagar 18 meses para compensá-lo, segundo a legislação trabalhista, sem ele estar prestando serviço. A Cemig está contratando agora porque precisa de reposição e, então, como vai abrir mão disso, prescindir de quadros técnicos?

Posso estar enganado, mas conheço a história dessas pessoas. Temos projetos por elas aprovados no interior da empresa. Então, qual é a argumentação, senão uma forma política de dizer ao conjunto dos trabalhadores da Cemig que não coloquem o pé na Assembleia Legislativa para audiência pública, não participem de manifestação. Demitiram trabalhadores da Cipa. Acho que isso é um fato inédito.

Então, faço um apelo ao Governador Anastasia sobre essa questão. Talvez não tenha conhecimento dessa realidade. Acho que, quando tiver, vai querer, aliás, receber a Comissão do Trabalho desta Casa, que já aprovou requerimento com esse propósito. O Presidente da Cemig é pessoa que tem trajetória pública, já presidiu empresas estatais, tem uma trajetória que respeitamos. Não se trata de nenhuma questão pessoal. Mas, quando estamos no calor da vida pública, às vezes, no embate público da relação patrão-empregado, muitas vezes alguns exageros podem ser cometidos. Mas é melhor corrigir um erro do que insistir nele. Então faço esse





apelo muito respeitoso ao Presidente da Cemig e ao Governador Anastasia, e peço também o apoio da base de governo, agora em nome da própria Assembleia, que está sendo atingida como instituição, já que trabalhadores foram demitidos, após participar de uma audiência pública aqui realizada.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte) - Deputado André Quintão, quero me juntar a V. Exa. nesse apelo ao Governador do Estado, Prof. Anastasia, que realmente é um democrata, para que ele volte atrás nessa decisão nefasta, que atinge frontalmente a organização do trabalho. Como o senhor sabe, fui sindicalista, Presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e região, e nem naquela época, quando se havia implantado um projeto de reengenharia, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Azeredo, agia-se dessa forma terrível como o Presidente da Cemig está agindo.

Na semana passada, os Deputados Sávio Souza Cruz, Rogério Correia e eu estivemos com o Presidente da Cemig, Dr. Djalma, a quem apelamos para reconsiderar essa decisão, que não é boa para a democracia, com a demissão de trabalhadores que têm estabilidade sindical e constitucional e são representantes da Cipa. Aliás, um deles tem 29 anos e 7 meses de casa, mas foi demitido assim mesmo, nas portas da aposentadoria, faltando apenas 11 meses para ele se aposentar. Isso é até uma crueldade.

Então, quero fazer coro com o Deputado André Quintão e peço a todos os Deputados e Deputadas desta Casa que se juntem a nós nesse apelo ao Governador e ao presidente Djalma, para que voltem atrás e respeitem os trabalhadores e até mesmo, como o Deputado lembrou com muita propriedade, esta Casa, pois alguns dos dos trabalhadores demitidos estiveram presentes em audiências públicas realizadas aqui, em que discutimos a relação de trabalho na Cemig. O Deputado foi muito feliz também na comparação que fez com o golpe no Paraguai: transvestidos de baluartes da Constituição, deram um golpe de Estado. De sua parte, a Cemig usa o código de ética, sem dizer por que e demite sem justa causa. E isso pode ser feito novamente. Então, há um pânico, um medo, um terror entre os trabalhadores da Cemig: todos, especialmente os que têm ações contra a empresa, temem ser demitidos também. E há rumores - não sabemos se são verdadeiros, mas esperamos que não sejam - de que há uma lista de prováveis demissões.

Portanto, quero juntar-me ao Deputado em seu apelo ao Governador Anastasia e ao Presidente da Cemig, para que revejam, voltem atrás e readmitam esses trabalhadores, que foram injustamente demitidos. Muito obrigado.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - O Deputado me concede um aparte?

O Sr. Presidente (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - O tempo está esgotado, Deputado.

O Deputado Lafayette de Andrada - Ele ainda tem 44 segundos.

O Sr. Presidente - Temos vários oradores inscritos.

O Deputado André Quintão\* - De minha parte, Deputado, o aparte está concedido, até porque quero ouvir a base de governo, que neste momento certamente não vai ser base de governo, mas Assembleia Legislativa, porque trabalhadores foram demitidos depois de participar de audiência nesta Casa.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Dos 200 trabalhadores que saíram da Cemig, 180 aderiram ao plano de demissão voluntária e 7 foram demitidos por justa causa. Esses sete, que foram demitidos...

O Deputado André Quintão\* - Sem justa causa.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Sete foram demitidos por justa causa.

O Deputado André Quintão\* - Sem.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Esses sete entraram na Justiça, que concordou que era justa causa - daqui a pouco vou trazer o acórdão. Então, não há o que discutir. Esse é o esclarecimento que queria fazer.

O Sr. Presidente - Deputado André Quintão, seu tempo está esgotado, pois V. Exa. cedeu o tempo restante ao Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado André Quintão\* - Como o Presidente Alencar é uma pessoa democrática, nosso representante na Unale, tenho certeza de que me concederá 30 segundos, para que eu possa concluir. Sugiro que o Deputado...Lembro ao Presidente que hoje à noite teremos Coelho e River Plate, na Libertadores Sub-20, e América e Barueri...

Então, peço a complacência do Presidente, apenas para pedir o apoio do Deputado Lafayette de Andrada, que está bem intencionado e é fundamental à base do governo. A base do governo é fundamental porque a carta enviada pelo Presidente da Cemig é clara: 7 por desligamento sem justa causa, por coincidência militantes sindicais; 16 deles tinham participado de audiência na Assembleia; alguns tinham ação na Justiça. Então, o Deputado Rogério Correia vai se manifestar, mas espero que a base do governo se junte a nós. Presidente Deputado Dinis Pinheiro, não deixe que a Assembleia seja arranhada, senão daqui para frente nenhum servidor vai mais participar de audiência na Assembleia. Se participar de audiência, demissão. Isso nós não podemos admitir.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, não posso deixar de mencionar a fala do Deputado André Quintão, por quem tenho o maior apreço. Lembro-me de que, há alguns anos, nesta tribuna, manifestei-me em defesa dos sindicalistas da Prefeitura de Belo Horizonte. Lembro-me do meu amigo Robson Itamar, entre outros que foram colocados para fora pelo Prefeito Pimentel. Naquele momento não houve uma voz em defesa dos sindicalistas, lamentavelmente. Espero que neste momento a Oposição, os trabalhadores tenham todas as explicações por parte da empresa. O Deputado Lafayette de Andrada já apresentou uma explicação, questionada pelo Deputado André Quintão, que tem de ser tratada mesmo. Não vou mudar a minha opinião sobre a importância dos sindicatos, da representação. A minha opinião hoje é a mesma que tinha anteriormente, quando o PT e o Prefeito Pimentel perseguiram os sindicalistas na Prefeitura de Belo Horizonte. Como disse, lembro-me muito do meu amigo Robson Itamar.

Essa fala é também importante porque, recentemente, no Rio de Janeiro, houve 190 delegações na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e cerca de 50 mil visitantes, reunidos na Rio+20 para analisar e debater democraticamente o futuro pacífico, tolerante, de toda a humanidade e equacionar desenvolvimento econômico com qualidade de vida e preservação do Planeta Terra. E passou pelo nosso país o tristemente notório Presidente Ahmadinejad, da República Islâmica do Irã, cujo regime intolerante, cruel e

totalitário de governo inflige violenta afronta aos profundos sentimentos livres, democráticos, libertários da nação brasileira, forjada nos valores e princípios éticos judaico-cristãos da Bíblia Sagrada.

Estamos presenciando aqui no Plenário alguns a defender Fernando Lugo, Presidente destituído do Paraguai, mas o PT não consegue explicar como defende, como o Presidente Lula foi-se encontrar com Ahmadinejad, o homem que determina a pena de morte para cristãos. Estamos numa luta internacional em favor de um Pastor, agora condenado à forca, no Irã. Em alguns momentos ficamos em dúvida e questionamos: será que ele já foi morto? Nenhuma palavra do governo brasileiro em favor dos cristãos que estão sendo mortos no Irã e na Nigéria.

A Assembleia Geral da ONU aprovou em dezembro de 2011, por maioria de 82 Estados membros, uma resolução na qual condena as contínuas e recorrentes violações dos direitos humanos que ocorrem no Irã e na qual pede ao governo de Teerã que tome medidas e realize reformas para deter esses ataques. Esse tipo de resolução sobre o estado dos direitos humanos no Irã é apresentado perante aquele órgão das Nações Unidas desde 1992, e o resultado de 2011 reflete a maior margem de aprovação vista até agora. A delegação do Irã na ONU tentou, sem sucesso, evitar a votação do texto na Assembleia Geral ao apresentar uma moção que acabou rejeitada. O mundo civilizado condena a ausência de salvaguardas internacionais para as pessoas que são acusadas de diferentes delitos no Irã, e aquele texto ressalta que ocorre uma ampla variedade de ataques aos direitos humanos, como "torturas e tratamento ou castigo cruel e degradante, como flagelações e amputações". A resolução denuncia também "o contínuo alto índice e o alarmante aumento registrado nas execuções de penas de morte à revelia de salvaguardas internacionais". Destaca, nesse sentido, que o Irã é cenário habitual de "execuções públicas, além de execuções que são realizadas sem aviso prévio às famílias dos réus". Também condena o uso da forca como método de execução, assim como o fato de os réus continuarem sendo executados por apedrejamento.

Esse é o Estado apoiado pelo governo brasileiro. Vem agora o governo brasileiro criticar o que aconteceu no Paraguai, e nem uma palavra em favor dos cristãos que estão sendo mortos no Irã, em favor dos cristãos que estão sendo mortos na Síria. Nem uma palavra do governo brasileiro, que de repente se levanta contra o que aconteceu no Paraguai. É mais grave porque no Irã as pessoas estão sendo enforcadas. Se a pessoa é cristã, é morta; se a mulher comete algo que a polícia deles considera que fere o Alcorão, ela é morta. É isso o que há no Irã, e nem uma palavra do governo federal, que se diz defensor dos direitos humanos. Nem uma palavra em favor dos cristãos, nem uma palavra contra o arbítrio de Ahmadinejad.

A resolução deplora ainda a fustigação no país de defensores dos direitos humanos, como advogados e jornalistas, "que sofrem métodos de intimidação, interrogatórios, detenções e prisões arbitrárias como resultado de suas atividades". O texto, que mostra a oposição da ONU às sistemáticas e graves restrições à liberdade de assembleia pacífica e de associação, assim como à liberdade de opinião e expressão... Liberdade de culto. Estou-me lembrando da faixa colocada por igrejas na vinda de Ahmadinejad, recebido no Brasil com o tapete vermelho do governo brasileiro. A faixa colocada: "Presidente Ahmadinejad, os muçulmanos são aceitos no Brasil, por que os cristãos são mortos no Irã?". Essa é a pergunta que está colocada.

O texto, que mostra a oposição da ONU às sistemáticas e graves restrições, solicita às autoridades iranianas que iniciem reformas para impedir que esses ataques aos direitos humanos continuem e para garantir eleições parlamentares livres.

Ouvimos aqui o grito de alguns contra o que aconteceu no Paraguai. É muito interessante, é como coar um mosquito e engolir um camelo. São contra o que aconteceu no Paraguai e aceitam que no Irã não haja eleições parlamentares livres, justas, transparentes e sem exclusões. O isolamento do Irã tornou-se evidente na ONU, no final do ano, quando a República Islâmica do Irã não pôde evitar que a Assembleia Geral condenasse, em novembro, o complô para assassinar o Embaixador da Arábia Saudita em Washington, uma trama pela qual culpou o governo de Teerã. Além disso, também em novembro, o Conselho de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica adotou, em Viena, uma resolução contra a República Islâmica do Irã pelas crescentes comprovações de que esse país esteja trabalhando no desenvolvimento de armas nucleares e mísseis de longo alcance para cumprir a inominável ameaça pública – esta é a ameaça pública do Irã - de "varrer Israel do mapa". Nem uma palavra do governo do Brasil em favor de um Estado livre como é o Estado de Israel. As palavras que temos do governo brasileiro são em defesa de Ahmadinejad e do Irã. E vem agora o governo brasileiro criticar o que aconteceu no Paraguai? Isso é café pequeno em vista do que estão sofrendo os cristãos no Irã. Pastor Carlos Henrique, que no Brasil é Pastor com toda liberdade, os Pastores estão esperando a forca no Irã. É isso que estamos acompanhando.

Na América Latina, a íntima relação da República Islâmica do Irã com o terrorismo do islã radical está registrada no atentado a carro-bomba suicida que sofreu a Associação Mutual Israelita Argentina - Amia -, de Buenos Aires, em 18/7/94, quando 85 cidadãos argentinos foram mortos e 300 foram feridos. Em 25/10/2006, o Poder Judiciário argentino formalmente acusou o governo iraniano de ter planejado o atentado. Logo depois, o Juiz Canicoba Corral ordenou a captura de sete ex-funcionários iranianos e um membro do grupo terrorista libanês Hizbolah Partido de Alá. Em novembro de 2007, a Interpol ratificou as conclusões da Justiça argentina e ordenou a emissão de circulares vermelhas para capturar os fugitivos e para colocá-los diante da Justiça argentina. Isso é o que resulta na suposta amizade da República Islâmica do Irã com países "amigos".

No Brasil, preocupa-nos sobremaneira, como cristãos que somos e amantes da liberdade religiosa, a imposição da Sharia, lei básica do islã, como religião oficial da República Islâmica do Irã, a qual prevê condenação à morte do muçulmano que se converter ao cristianismo ou a outra religião, numa violação grotesca dos direitos humanos. Em nosso país, Deputado Lafayette de Andrada, estamos angustiados com a condenação de Youssef Nadarkhani, Pastor evangélico iraniano, pela recusa de reconversão ao islã do cristianismo. O Pastor Nadarkhani foi preso em 2009 acusado do crime de apostasia. Alegaram que ele abandonou o islã pelo cristianismo e o sentenciaram à morte pela lei islâmica da Sharia. Atos como esse mostram que o islã é uma religião que continua presa a cruéis costumes medievais.

Ouvimos o Deputado André Quintão falar dos sindicalistas, mas não ouvimos nenhuma palavra do governo brasileiro em favor dos cristãos que estão sendo mortos no Irã. Ao contrário, o governo brasileiro recebe com honras o Presidente Ahmadinejad, homem que quer varrer Israel e matar os cristãos e que não aceita que uma pessoa pode converter-se ao cristianismo, como se eu não aceitasse que alguém se convertesse ao islamismo no Brasil.



Como também ignorar que a nossa Bíblia Sagrada judaico-cristã nos informa das excelentes relações entre os povos judeus e persas desde há mais de 2.500 anos, quando o Rei Ciro, fundador do Império Persa, em 538 a.C., liberta os judeus do cativeiro na Babilônia e decreta a restauração de Sião e de Jerusalém? Está no Livro do Cronista, do escriba Esdras, no capítulo 14: “Devolve aos cativos os tesouros roubados do templo de Jerusalém”. Reconstruiu o templo, sendo tratado pelo profeta Isaías, o Rei persa Ciro, como ungido do Senhor. Como ignorar no Brasil cristão, que lê a Bíblia, que Ciro foi escolhido para salvar Israel e cumprir missão designada pelo Deus de Israel, vindo a ser um dos grandes mentores da existência de Israel? Como entender, pois, o ódio e o rancor, a política externa da República Islâmica do Irã, cujo maior objetivo é varrer do mapa Israel, país que vem sendo tratado como “mera entidade sionista”?

Como se registra com fatos concretos e objetivos que a presença no Brasil do Presidente da República Islâmica do Irã Ahmadinejad, embora convidado da ONU, viola e conspurca todo o ideário de tolerância, liberdade e igualdade democrática que impregna a história e cultura da nação brasileira?

Minas Gerais, berço da libertação do nosso país da opressão colonialista, não pode nem deve ficar calada diante da presença de Ahmadinejad, Presidente da República Islâmica do Irã, que contraria todos os valores e princípios fundamentais da nação brasileira. Portanto, quero manifestar meu repúdio à presença de Ahmadinejad, como clama o cerne da consciência dos cidadãos do Brasil.

Neste final, gostaria de solicitar ao Deputado Lafayette de Andrada, que trouxe algumas informações sobre a questão dos sindicalistas, que desse mais explicações a respeito. Desta tribuna, Deputado Lafayette, fui contra a perseguição do PT ao sindicalista Robson Itamar e a vários outros sindicalistas, quando foi retirado pelo Prefeito Fernando Pimentel. Portanto, devemos uma explicação...

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Serei bastante breve. Estou com a cópia da sentença desses servidores da Cemig, que procuraram a Justiça porque eram contra as suas demissões, Deputado Rogério Correia. Está aqui: “Vistos os autos, reclamação trabalhista”. Aqui há a descrição da conduta deles, a reclamação que apresentaram e, por fim, a Justiça diz que julga improcedente o pedido da inicial, ou seja, o pedido de retornarem como empregados, porque a demissão foi por justa causa, de modo que, diferentemente do que foi dito pelo orador anterior, a demissão deles foi motivada. Desse modo, não têm razão em querer retornar, porque operaram contra as normas da empresa e por isso foram demitidos. Do total, saíram 200 servidores, sendo que 185 entraram no Plano de Demissão Voluntária. É isso que é importante.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, quero agradecer-lhe pelo tempo. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia\* - Deputado Alencar da Silveira Jr., temos o prazer de vê-lo hoje presidir a nossa reunião. Quero retomar a discussão da Cemig. Há bastante tempo vimos a esta tribuna expondo problemas na relação da empresa com os trabalhadores. Realizamos audiência pública para discutir essa questão das demissões. Independentemente do que a Justiça deliberou, Deputado Lafayette de Andrada - ainda não tive conhecimento disso -, quero usar a tribuna para solicitar aos Deputados desta Casa, especialmente os Deputados do governo, que nos apoiem no pleito de retorno desses funcionários da Cemig. Vou dizer por quê. Foram demitidos cerca de 12 servidores da Cemig S e 4 servidores concursados e celetistas, e todos, Deputado Lafayette de Andrada, Deputadas e Deputados, com garantia de emprego, com estabilidade, por serem da Cipa ou dirigente sindical. Todos são membros da Cipa, estão com estabilidade ou ainda têm estabilidade a cumprir.

Mesmo assim, a Cemig alega - e tenho a carta da empresa - que foram demitidos por descumprimento de determinações da chefia e de gerência no interior da empresa. A argumentação da carta que me foi enviada pelo Dr. Djalma Bastos de Moraes foi exatamente esta: descumprimento de normas e de ordens colocadas pela gerência da Cemig.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Deputado André Quintão e o Deputado Pompílio Canavez colocaram com muita propriedade as observações feitas para que haja um retorno da decisão da Cemig ante essas demissões. Como juízo de valor, acho que está havendo uma prática antissindical na Cemig, e falei sobre isso ao Presidente Djalma. Não digo que essa prática antissindical seja dele, mas da gerência ou da direção da Cemig, que faz com que exatamente pessoas que exerçam cargos de liderança na empresa sejam agora demitidas. Repito que a grande maioria estava em Cipas, portanto, com estabilidade. A Cemig prefere correr o risco de pagar indenizações a esses servidores, Deputado André Quintão, do que respeitar a legislação que lhe dá estabilidade como cipeiros. Esse é o primeiro absurdo ocorrido em uma empresa que jamais agiu dessa forma; por isso, por mais que se diga que não há perseguição política, em meu entender, há, no mínimo, uma prática antissindical.

Entretanto farei a leitura de uma carta, porque às vezes a defesa dos próprios servidores diz mais que a minha opinião exposta durante muito tempo. Lerei a carta - e o Deputado André Quintão anunciou que eu faria isso - de uma das servidoras demitidas, que há 20 anos e 9 meses se dedica à Cemig. Acho que a carta dela dirá tudo, então pediria aos Deputados que prestassem atenção. Na minha opinião, a carta sensibilizará até mesmo o próprio Dr. Djalma e a direção da Cemig. A servidora se chama Adriana Lúcia de Melo. (- Lê:)

“Eu, Adriana Lúcia de Melo, lotada em Belo Horizonte, base Itambé, na Gerência de Planejamento e Expansão do Sistema Elétrico Centro, venho à presença de V.Sa. solicitar que interceda por mim junto à Cemig.”

Ela enviou essa carta a mim. (- Lê:)

“Trabalho na Cemig desde 9/9/91, concursada, primeiro emprego, na época, com 16 anos. Com muito orgulho, há 20 anos e 9 meses, integrando o quadro funcional da mesma, inicialmente como Eletricista de Manutenção Eletromecânica de Subestação e depois como Eletricista de Distribuição I e Rede, função na qual atuei por 5 anos e meio. Atualmente, após realizar concurso interno na empresa, exercia, com muita retidão, a função de Técnica de Projetos Elétricos de Rede. Sou formada em Eletrotécnica pela Escola Técnica, profissão na qual estou há 15 anos e 8 meses, elaborando projetos de iluminação pública e iluminação especial, mercado potencial, segurança de terceiros e outros, com total zelo, ética, profissionalismo, responsabilidade e qualidade.

Dessa forma, participei da elaboração de grandes projetos de iluminação pública e modificação de rede junto com a equipe de poder público e mercado como: Projeto Linha Verde, na Av. Cristiano Machado, MG-10, projetos para atendimento ao Clarear e Resolução nº 250, iluminação de parques e fachadas de prédios públicos, como Tribunal de Justiça, Palácio da Justiça etc.; melhoria de IP em



inúmeras praças de várias cidades, Projeto Reluz, em Belo Horizonte e outras cidades metropolitanas, projetos do Programa Vila Viva, Campos de Luz, BRT e PAC Arrudas Contagem/BH, Avenidas Afonso Pena, Álvares Cabral e Augusto de Lima, etc.” Portanto, todos no setor público atuando nessa função. (- Lê:)

“Além disso, sou membro de Cipa - Comissão de Investigação e Prevenção de Acidentes do Trabalho - na base Itambé, cargo assumido no início de junho de 2012; assim o meu mandato acabaria em maio de 2013, com estabilidade de emprego até maio de 2014, um ano após, no qual pretendia atuar e contribuir com a saúde e segurança do setor de projetos da Itambé e da Cemig. Procuro ser uma pessoa proba, sincera, franca, comprometida com as pessoas ao meu redor sempre e, por isso mesmo, costumo defender a verdade e a justiça, pois acredito que o mal só vencerá na ausência do bem e é dever de todo cristão defender e levantar a bandeira da caridade e do amor.

Assim sendo, eu, minha família, meus amigos e colegas de trabalho ficamos extremamente surpresos, indignados e estarecidos ante minha dispensa sem motivo pela Cemig, grande empresa pública reconhecida no Estado, no Brasil e internacionalmente, que nunca teve essa política de demissão arbitrária em sua história, ainda mais de uma funcionária exemplar que dedicou sua vida e saúde à empresa, que fez e ainda gostaria de fazer tanto pela sociedade mineira.”

Gostaria que os Deputados prestassem atenção nesta parte: “Informo ainda que meus pais dependem financeiramente de minha ajuda, alimentação, plano de saúde, etc. Ambos são aposentados, estão em tratamento médico e têm salários aquém das suas despesas básicas. Mãe extremamente alérgica, com depressão e hipertensão arterial e pai em controle de um câncer renal, portanto em dieta para evitar a hemodiálise, e o rim que permaneceu funciona 25% somente no momento. Acrescento que sou casada com um diabético insulino dependente e deficiente físico aposentado, que requer adaptações frequentes da prótese da perna direita, além de outros cuidados com a saúde. Portanto, sou arrimo de família e dependo desse emprego para minha sobrevivência e dos meus entes queridos. No momento estou em recuperação de cirurgia no útero, peritônio e ovários - diagnosticada endometriose de grau III, mioma, cistos e adenomiose -, realizada em outubro de 2011, mas que terá de ser refeita, pois novas aderências surgiram, infelizmente. Além disso, desde o final de 2009, estou em tratamento médico de depressão, ansiedade, bruxismo, enxaqueca, ATM, solilóquio, sonambulismo, bócio de tireoide. E, finalmente, descobri em fevereiro 2012, após biópsia de pele, uma doença autoimune chamada líquen plano, que requer acompanhamento por vários especialistas e medicação constante também.

Inclusive o serviço médico da empresa está ciente desse meu histórico clínico, que, direta ou indiretamente, é consequência do aumento de serviço, pressão e ausência de mão de obra suficiente para o setor, dada a enorme demanda de projetos de expansão e a não contratação de mão de obra própria por meio de concurso público.

Gostaria de informar também que, além de mim, dois outros técnicos de projeto na Itambé, Srs. Goethe Eduardo e Cláudio Coelho, foram dispensados sem justa causa por representante da empresa no mesmo dia que eu, e eles também são membros de Cipa.

Após todo esse relato pessoal e sincero, além do meu histórico funcional, solicito que V. Sa. analise o meu caso encarecidamente e possa interceder junto à Cemig, para que essa injustiça seja desfeita e que eu retome o meu posto de trabalho, ou outro na empresa, o quanto antes, retomando os projetos no setor sob minha responsabilidade e também os que pretendia desenvolver na Cipa para ajudar a melhorar a qualidade de vida e segurança dos meus colegas e amigos no setor de trabalho, na base Itambé e na empresa, se assim for da vontade de Deus. Contando com o apoio e auxílio, a intervenção e a caridade de V. Sa., desde já os meus sinceros agradecimentos e eterna gratidão, assim como dos meus familiares e amigos. Aguardo retorno ansiosamente. Belo Horizonte, 19 de junho de 2012. Adriana Lúcia de Melo.”

Sr. Presidente, fiz questão de ler essa carta porque ela me deixou muito emocionado. Não julgo que seja justa uma demissão no quadro colocado de uma pessoa que trabalha na Cipa, que tem 20 anos e 9 meses de atividade, que tanto serviço público prestou à empresa. Não julgo que essa seja a medida mais certa a ser tomada. O Dr. Djalma é uma pessoa a quem quero muito, embora haja divergências de onde ele atua, de participações políticas. Tenho por ele muito respeito e não creio que tivesse conhecimento desse quadro. E muito menos acho que tenha conhecimento o Governador Antonio Anastasia, uma pessoa que não guarda rancor e que não agiria dessa forma se lesse a carta e fizesse uma análise das questões levantadas.

Solicito do conjunto de Deputados, sejam eles da Oposição ou da Situação, porque não se trata disso, que solicitem da Cemig uma reanálise desse quadro.

São quatro funcionários com 29, 25, 24 e 20 anos de serviço público como ela, com um histórico semelhante ao que a Adriana nos colocou. Não julgo que seja justo que isso prevaleça e que vire uma guerra política entre Situação e Oposição, uma vez que não é o que queremos. De fato, esperamos uma solução para essa questão, e é o que o sindicato também quer. A Deputada Rosângela, que é também da base do governo e Presidente da Comissão do Trabalho, está sensibilizada com essa questão. Solicitei por meio de requerimento uma reunião com a direção da Cemig, e foi aprovado. Mas, por sugestão, Deputado André Quintão, queria solicitar que fosse estendida essa reunião; pedi ao Deputado Bonifácio Mourão, Líder do governo, que seja essa reunião realizada também com o Governador do Estado para que esses servidores possam apresentar a motivação, e que esse quadro seja revertido. Se não é algo econômico da empresa, é algo que deverá ser visto pessoalmente, e todas as argumentações também deverão ser levadas em consideração.

O Deputado André Quintão (em aparte)\* - Rapidamente, Deputado Rogério, queria cumprimentá-lo e parabenizá-lo. Ao trazer essa carta, V. Exa. humaniza esse debate, que não é apenas na arena política. Como disse dessa tribuna, atrás de cada trabalhador e trabalhadora demitida, há uma história de vida, de luta, há uma família e uma criança. Também conheço alguns dos demitidos, e já comentei com alguns Deputados que são pessoas sérias, trabalhadoras e competentes, até pelo respeito que todos nós temos. Lutamos muito em defesa da Cemig. Temos muito respeito pelo trabalho da Cemig, por seus trabalhadores, pela biografia do Presidente da Cemig, Dr. Djalma, pessoa que já trilhou tantos postos na esfera pública, sempre com muito compromisso. Acho muito importante essa questão não se transformar em uma queda de braço política, para respingar até na imagem da Cemig.

Então, corroboro as palavras de V. Exa., pedindo o apoio dos Deputados da base. Solicitaremos ao Governador e ao Presidente da Cemig reverem essas demissões e discutiremos, de maneira mais transparente, os critérios de reestruturação. Mas acho que seria uma



injustiça contra esses trabalhadores, além daqueles que participaram de audiência na Assembleia, um precedente ruim para esta Casa. E essa é uma questão humanitária também.

Parabenizo V. Exa., e esperamos que, rapidamente, esse episódio seja superado.

O Deputado Rogério Correia\* - Obrigado, Deputado André Quintão.

Termino a minha intervenção, Sr. Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., pedindo a V. Exa., que hoje dirige os trabalhos e que é também membro da nossa Mesa da Assembleia Legislativa, que possa nos ajudar nessa intervenção junto ao Governador do Estado.

O Sr. Presidente (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - É lógico, Deputado, que iremos ajudá-los.

Pode contar com este Deputado, com a Mesa da Casa, e, com certeza, até mesmo com a própria bancada de governo. Muito obrigado, pelo pronunciamento de V. Exa.

O Deputado Rogério Correia\* - Pois não. Pediria a V. Exa. os 30 segundos, de praxe, que V. Exa. costuma conceder, sempre generosamente, aos que ocupam a tribuna, para que pudéssemos falar sobre o fato de termos uma conversa com o Governador, e que essa carta ...

O Sr. Presidente - Como V. Exa. começou comigo, em 1988, na Câmara de Vereadores...

O Deputado Rogério Correia\* - É verdade. Isso foi em 1989.

O Sr. Presidente - Disputamos as eleições em 88.

O Deputado Rogério Correia\* - Em 88 fomos eleitos.

O Sr. Presidente - Foi uma legislatura exemplar, então concederei a V. Exa. 12 segundos, para que termine a sua fala.

O Deputado Rogério Correia\* - Muito obrigado. V. Exa. é de uma generosidade muito grande. Os 12 segundos é em homenagem ao PDT? Dizem que agora esse partido terá candidato próprio, em Belo Horizonte. Isso é verdade?

O Sr. Presidente - Vamos lançá-lo e ganhar do PT. V. Exa. também terá candidato próprio.

O Deputado Rogério Correia\* - Tomara.

O Sr. Presidente - O partido de V. Exa. não está com o Prefeito Márcio.

O Deputado Rogério Correia\* - Torço para que isso aconteça, Presidente. Mas, apenas voltando ao assunto, pediria a V. Exa. que remeta a cópia da carta, que deixarei aqui, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para que ele se conscientize disso e autorize o Dr. Djalma a conceder a esses servidores uma chance de retornarem à empresa, para continuarem mostrando o serviço de sempre, como aqui foi colocado. Por fim, Presidente...

O Sr. Presidente - Solicito ao Deputado que formalize essa solicitação, esse requerimento.

O Deputado Rogério Correia\* - Com certeza. Eu o remeterei ao Governador, mas também darei a sugestão a V. Exa. de fazê-lo por meio de requerimento.

Por fim, nos 30 segundos que V. Exa. me concedeu, relativamente à moção da Bancada do Partido em relação ao golpe dado no Paraguai, ressalto que faço minhas as palavras do Deputado Pompílio Canavez, repudiando o golpe de Estado no Paraguai.

Infelizmente, isso não pode ser parte do regime democrático na América Latina nem em parte alguma do Mundo. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas\* - Sr. Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., espero a complacência para ganhar também alguns segundos de V. Exa.; demais Deputados e Deputadas da Casa, resolvi trazer, na íntegra, um discurso que considere extremamente interessante. Fica parecendo que nós, Deputados do PSDB e dos partidos coligados, temos implicância com o governo federal no trato com Minas Gerais. Todas as vezes, Deputado Líder Bonifácio Mourão, vimos a tribuna para reclamar do carinho que necessita ter Minas Gerais por parte do governo federal.

Portanto, quero ler um artigo do jornal "Estado de Minas", de 15/6/2012, de Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte. O texto diz o seguinte: (- Lê:)

"'Minas merece mais'. Não é um simples 'slogan' com a contundência de frase de efeito. 'Minas merece mais' é um grito cidadão. É o eco de clamores. É uma consciência indispensável para fecundar a cidadania e despertar, na medida justa, o sentido do próprio valor. É exigência diante da importância desta Nação tricentenária que ajuda a configurar o tecido brasileiro com singularidades e riquezas indispensáveis aos avanços, conquistas e respostas contemporâneas.

'Minas merece mais'. Um grito que pode e deve ecoar no coração dos mineiros, despertando sua cidadania para a força e extensão de sua significação cultural, religiosa e sociopolítica. Um movimento diferente daqueles que repetem as dinâmicas de manifestações de rua. Trata-se de algo interior, do jeito mineiro de ser. Acima de tudo é uma manifestação cultural marcando a elaboração de uma consciência social e política à luz de uma Minas Gerais rica em tudo, particularmente em sua história, enraizada pela religiosidade.

'Minas merece mais' significa uma dinâmica que também clareia e aponta para o movimento iniciado em janeiro deste ano, quando empresários, governo e políticos - governos dos Estados -, em união suprapartidária, se mobilizaram para levar à Presidente Dilma um documento tratando de uma série de projetos vitais ao crescimento da economia mineira. Um documento contendo 16 propostas incluindo obras de infraestrutura rodoviária, aeroportuária e férrea. Recursos para a preservação do patrimônio histórico e cultural - bem lembrado nesse item o patrimônio sacro da maior importância para o Brasil, pela quantidade e riqueza artística, fruto da fé cristã, investimentos na Refinaria Gabriel Passos e definição de marco regulatório e tributário para o setor de mineração.

Esse documento para unir nosso Estado, 'Agenda de Convergência para o Desenvolvimento de Minas Gerais - respostas das entidades empresariais, governo do Estado e base legislativa', é uma elaboração técnica, política, legitimando a nossa autoridade de Nação que merece respeito. Merece mais também na educação, na saúde e na habitação, pensando a importância singular de cada cidadão mineiro para o crescimento Brasil.

Os anúncios recentes de investimentos em Minas, por parte da União, histórica e politicamente retardados, por descompassos técnicos ou outros, não podem significar um afago que aquieta ou uma promessa que estica a paciência para esperar, ainda mais, o que já deveria ter chegado".



Vou repetir essa parte do texto: “Os anúncios recentes de investimentos em Minas, por parte do governo federal, histórica e politicamente retardados, por descompassos técnicos ou outros, não podem significar um afago que aquieta ou uma promessa que estica a paciência para esperar, ainda mais, o que já deveria ter chegado.

Assim, das mais altas esferas, passando pelos construtores da sociedade pluralista, especialmente incluídos os formadores de opinião e os detentores de significativos poderes de decisão, até as camadas mais populares, é preciso repassar, permanentemente, os capítulos que compõem esse tratado intitulado “Minas Merece Mais”.

O concerto entre a eficiência da gestão que desafia o Estado, colocando-o em fileiras de exemplaridade, a pujança do mundo empresarial, os governos todos, as instituições todas e os bríos cidadãos têm força para despertar cada vez mais esse gigante que se chama Minas Gerais.

Na verdade, a autoridade para reivindicações se configura quando se confrontam os números e os dados que definem o que é Minas Gerais e seu lugar singular na capacidade de contribuir para o crescimento da economia brasileira, bem como sua riqueza indispensável como força cultural e política”.

Deputados Doutor Viana, Dalmo Ribeiro Silva e Glaycon Franco, ””Minas Merece Mais” porque tem propriedades que tocam a mais importante reserva de um povo: sua cidadania, nascida e cultivada no jardim da liberdade, nos canteiros da fé cristã, nos recônditos da familiaridade. A cidadania mineira aponta para reservas ricas de comportamento, tradições e valores”.

Portanto, Deputado João Leite, “reconhecer “Minas Merece Mais” significa renovar o próprio empenho cidadão nas instâncias institucionais, nos contextos da vida cotidiana e familiar, fecundando a autoestima, despertando sempre mais para a riqueza desta terra, abrindo os olhos para o futuro, construindo um presente à altura da vocação e da história política, cultural e religiosa do Estado. A consciência “Minas Merece Mais” agrega ganhos políticos, valores humanos e cristãos. Que a alegria de ser do mineiro e o empenho para que se desdobre a força de nossas riquezas possam construir um novo tempo para Minas, para o Brasil, especialmente para os que estão fora dessa cidadania, por exclusões ou preconceitos. Minas merece mais”.

Deputado João Leite, trarei também o pronunciamento do Presidente da Fiemg, Olavo Machado, que possui a mesma linha de raciocínio: “A contribuição de Minas Gerais na balança comercial deste país, nossa riqueza, nossa contribuição, homens e mulheres que fizeram a rica história deste país desde o berço da Inconfidência, chegando até Tancredo Neves, e o grito de que Minas realmente merece mais”.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Rômulo Viegas, este é o sentimento de Minas: o abandono pelo governo federal do PT. Está em minhas mãos o relatório do Tribunal de Contas da União - TCU. Pasmem, Srs. Deputados: a renúncia fiscal do governo do PT no ano passado cresceu 30%! Sabem quanto tivemos de renúncia fiscal? Foram R\$187.300.000.000,00, dinheiro que deveria ser dividido com Estados e Municípios. Deputado Rômulo Viegas, é uma cifra que ultrapassa a soma dos gastos com saúde, educação e assistência social. O que mais me impressiona no relatório, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, é que o TCU orienta a Ministra da Casa Civil a informar as metas nas próximas renúncias fiscais. É como diziam na Vila Oeste, quando eu era criança: a Federação foi para o brejo. O TCU desconhece os Estados e os Municípios porque diz à Ministra que ela deve fazer um relatório dos avanços sem obrigar o governo federal a informar aos federados que irá renunciar. De repente, renunciou a R\$187.300.000.000,00, dinheiro da saúde, da segurança, da educação. Nenhuma palavra do partido que está no governo a favor de Minas Gerais. O Estado não se esquecerá do que o PT está deixando de lhe dar, que não é benéfico, é dar a Minas o que ela tem dado ao País. São R\$ 40.000.000.000,00, que o governo federal busca todo ano, mas só devolve R\$11.000.000.000,00. Parabéns a V. Exa. Não podemos abaixar nossa voz. Ela tem de estar alta, erigida e a favor de Minas Gerais.

O Deputado Rômulo Viegas\* - Esperamos, principalmente os Prefeitos mineiros, que haja decisões, com a liquidação dos restos a pagar pendentes com o governo federal. Temos a necessidade urgente de desconcentração da receita dos tributos do governo federal. É uma bandeira, Deputado Glaycon Franco, que sei ser um municipalista, que acompanha de perto as nossa lideranças, como o Governador Antonio Anastasia e o Senador Aécio Neves. Temos de fortalecer, cada vez mais, essa bandeira do Município brasileiro. Todos os Prefeitos sabem que, quando há isenção de impostos, principalmente do IPI, há uma queda brusca do FPM. Praticamente 90% dos Municípios mineiros e brasileiros dependem do Fundo de Participação dos Municípios. O senador Aécio Neves esteve conosco neste fim de semana, ao lado de muitos Prefeitos e fizemos várias reuniões. Estamos caminhando para apresentar uma proposta. Já existe no Senado uma proposta de estudo a respeito do Fundo de Participação dos Estados. Esperamos contar com a bancada mineira, para que Minas não saia prejudicada nesse contexto. Os Senadores do Norte e do Nordeste querem aumentar a distribuição do Fundo de Participação dos Estados para o Norte e Nordeste, em prejuízo dos Estados do Sudeste. E Minas Gerais é o centro da Região Sudeste. Portanto, esperamos que, cada vez mais, os Deputados desta Casa possam se identificar com cada cidadão, com os Prefeitos, com os Vereadores, que estão ao nosso lado, no dia a dia, trazendo as demandas dos Municípios para o governo do Estado e para o governo federal. Nosso Senador Aécio Neves, o mais querido, sem dúvida alguma, tem trabalhado muito. A luta agora é uma distribuição mais democrática dos “royalties” do minério, capitaneada pelo Senador Aécio Neves. Temos a certeza de que os Municípios mineiros e brasileiros poderão acompanhar a bandeira do líder maior, Senador Aécio Neves, do nosso Governador Antonio Anastasia, que tem feito uma administração voltada para os princípios da igualdade e da liberdade em nosso Estado. Não é fácil administrar o conjunto de demandas que a sociedade nos apresenta, com uma receita que sofre os impactos negativos da crise internacional. Minas Gerais sobrevive de exportação de minério. Minas Gerais tem, no seu arcabouço, uma administração honesta, séria e voltada para os princípios da democracia e do direito administrativo. Nós, da base do governo, 54 Deputados, temos orgulho de fazer parte da base do governo Anastasia, do Vice-Governador Alberto Pinto Coelho e de todos os Secretários. Quero, neste Parlamento, enviar um abraço caloroso ao nosso grande Líder, Senador Aécio Neves, que se encontra em Brasília, o mais querido. Ele está lutando para que os Municípios, não apenas de Minas, possam melhorar suas receitas, possam ter mais recursos, possam atender às demandas dos cidadãos mineiros e brasileiros.

Quero dizer que Minas Gerais está aguardando, Deputado Carlos Mosconi, não os discursos, mas sensibilidade, para que possam continuar trilhando o caminho do desenvolvimento, com orgulho. Visitando nossas cidades, vemos várias obras na área da saúde, da educação, do transporte e da segurança, mas a demanda é grande. Os problemas estão aí.

Não existe mágica. Precisamos melhorar a receita do Estado, precisamos estar juntos defendendo os interesses deste governo.

Queremos continuar defendendo a bandeira deste governo, caminhando pelas cidades mineiras, trilhando ao lado do Governador Antonio Anastasia e do Senador Aécio Neves, atendendo às Prefeitas e aos Prefeitos, às Vereadoras e aos Vereadores de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.\* - Sr. Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Srs. Deputados, eu falava ao Deputado Rogério Correia sobre a importância não dos requerimentos apresentados, mas da importância de algo que vou dizer, e V. Exa. há de convir. Na manhã de hoje havia uma reunião marcada no órgão de defesa do consumidor para debatermos o assunto que agora preocupa o Brasil: as sacolas biodegradáveis. São essas sacolas que estão circulando em Belo Horizonte há mais de um ano, Deputado Rogério Correia, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. E, há mais de um ano, eu estou falando do lucro e da maldade que fazem os donos de supermercados. A Câmara Municipal fez uma bondade: aprovou um projeto acabando com a sacola plástica e colocando as biodegradáveis. O que aconteceu? Os supermercados começam, Deputado Pompílio Canavez, a vender essas sacolas, e caro. Belo Horizonte consumia, por ano, 157 milhões de sacolas. Os supermercados gastavam R\$4.700.000,00.

Quero lembrar que, quando digo isso, digo porque sou parceiro de pessoas ligadas ao setor; que não tenho nada contra donos de supermercados; e posso afirmar que já ajudei. Nunca contei com um centavo na minha campanha oferecido por nenhum dono de supermercado. Isso quero deixar bem claro. Ajudei quando fiz, nesta Casa, um projeto. E, na época, o sindicato me mostrava a necessidade da não aprovação porque isso acarretaria custo para os supermercados. Hoje vejo que os supermercados teriam de colaborar cada dia mais em relação aos consumidores. Os supermercados estão tirando lucro, Sr. Deputado, desses consumidores, um lucro a mais com as sacolinhas biodegradáveis, que, como já constatado, de biodegradável não têm nada.

Dois meses depois que os supermercados de Belo Horizonte colocaram sacolinhas à venda, depois da economia de 42,5%, já estavam economizando e ganhando com essas sacolinhas. As sacolinhas que você compra, que eu comprei a R\$0,19, custa nada mais nada menos do que R\$0,08. Eles estão ganhando mais de 100%. E, ao colocarem o valor de R\$0,19, que dizem que foi por determinação, salvo engano, da Prefeitura, ninguém pega R\$0,01 de troco. Fontes do sindicato indicam que estão vendendo 13 mil sacolas por dia. Isso dá um lucro de R\$39.000,00 por mês. Ou seja, quase R\$500.000,00 por ano.

Esta Casa e a Defesa do Consumidor estão paradas. O Movimento das Donas de Casa, Deputado João Leite, que tem como objetivo defender as donas de casa, não as defendeu, estava defendendo os supermercados, Deputado. E o pior é que houve aumento no preço dos sacos de lixo. O problema que o saco de lixo dá à natureza, também o dão as sacolinhas.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, pasmem!, mas os estudos feitos constataram que a sacolinha de plástico ou a sacolinha biodegradável agride a natureza da mesma forma.

Deputado João Leite, por favor, pegue esse saco de papel e me ajude. Srs. Deputados, estive no supermercado e comprei um saco de açúcar, e a embalagem do açúcar é de plástico e agride a natureza; comprei um saco de macarrão, e a embalagem do macarrão é de plástico; comprei um saco de feijão, e a embalagem do feijão é de plástico, não biodegradável; comprei um saco de fubá, e a embalagem do fubá é de plástico; comprei um saco de sal, e a embalagem do sal é de plástico; comprei um saco de arroz, e a embalagem do arroz é de plástico, não biodegradável. Mas a sacolinha safada que o supermercado vende, que todo o mundo que está me assistindo pode ver - esta sacolinha que está em minhas mãos -, custa R\$0,19, e não é biodegradável, Deputado João Leite. Aí chegamos ao supermercado e enchemos a sacola, colocando os mantimentos. Isso é uma vergonha, uma maldade que estão fazendo os donos de supermercados, e pagamos R\$0,19.

Em São Paulo, há 30 dias, tentaram implantar essa lei. O Ministério Público de São Paulo não é frouxo como o Ministério Público de Minas Gerais - frouxo no bom sentido, com todo o respeito. O Ministério Público de Minas Gerais não fez nada e não faz nada. Se a sacolinha é desse jeito, por que não decidem que, a partir de agora, o arroz também tem de ser vendido num saco de papel? Vamos colocar o arroz num saco de papel.

Começarão a querer vender dessa maneira. Estou mostrando isso há mais de um ano. É um absurdo. Quero lembrar que os supermercados de Belo Horizonte deixaram de pagar R\$4.700.000,00, com a sacolinha a R\$0,03, e faturaram, nesse período todo, mais de R\$3.000.000,00. Deixaram de pagar R\$4.000.000,00 e, em um ano, receberam R\$3.000.000,00. E hoje recebem, diariamente, segundo fontes da Associação de Supermercados, R\$13.000,00 por mês. Está na hora de esta Casa pensar no consumidor e dizer não à lei da sacolinha, da Câmara Municipal, aprovada pelo Prefeito Márcio Lacerda. Ontem eu dizia ao Vereador Osman, do PDT: vocês fizeram uma bondade, dando aos supermercados a condição de ganhar com isso.

Deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Bonifácio Mourão, sabem o que me disseram? Essa lei foi do Pimentel, e não desta Câmara de agora. O Pimentel é quem criou a lei e a deixou quietinha, dando um prazo de dois anos. O Prefeito que está lá agora só a regulamentou. Pimenta nos olhos dos outros é refresco, Deputado João Leite. Com todo o respeito ao Ministro Pimentel, "Pimentel nos olhos dos outros é refresco". O que ele fez acabou com o consumidor.

Quem me assiste e me ouve agora deve ter a mesma indignação. Outro dia, quando cheguei a um supermercado na Avenida Amazonas, vi um senhor humilde cheio de sacolas - aliás, até escrevi isso no meu Facebook e no Twitter. Ele gastou R\$2,00 de sacolinhas, a fim de levar sua compra para casa. Esse homem é um trabalhador, uma pessoa carente. Agora precisa o supermercado, que já tem grande lucro, fazer isso?! Quanto não é o lucro com o feijão? Hoje eles estão fazendo isso, e amanhã teremos de carregar feijão e arroz no bolso. Quer dizer, teremos de levá-los no bolso. Levarei um pouco de feijão no bolso porque não terei sacolinha ou terei de pagar caro por ela. É um absurdo o que foi feito com os donos de supermercados. Sr. Presidente, é um absurdo ainda maior o nosso Ministério Público, com homens da lei e da verdade, deixar isso acontecer.

Estou aqui hoje para pedir a colaboração da Comissão de Defesa do Consumidor e de toda a imprensa séria para promovermos uma discussão imediata e urgente do que está acontecendo. Belo Horizonte não pode ficar para trás. Todos dizem que o Estado de São



Paulo é mais esperto do que Minas Gerais. A Assembleia de São Paulo é mais esperta do que a de Minas, pois presta mais serviços à comunidade. Isso ela mostrou agora. A Assembleia de São Paulo entrou na luta e mostrou ao Ministério Público, que fez por onde e acabou com esse abuso.

Há um projeto nesta Casa que tem um substitutivo meu obrigando a gratuidade na hora das embalagens. É preciso obrigar o dono do supermercado a dar sacola ou saco plástico ou o que for para transportar as mercadorias. Repito: é proibida a sacolinha. Para obtê-la, tem de pagar. Agora é permitido para o feijão, o arroz, o fubá e o açúcar. Há plástico em tudo, e fica dessa maneira.

Portanto faço este apelo à Comissão de Defesa do Consumidor: vamos fazer essa defesa. Tenho a certeza de que, depois de hoje... Estou solicitando uma audiência pública desde abril. No entanto, fica nisto: "Vamos fazer hoje, vamos fazer amanhã". Agora o Deputado Délio Malheiros já me garantiu que seria hoje, mas teve de participar de uma audiência em Brasília. Estou aqui para explicar isso aos companheiros jornalistas que cobriram a matéria. Na próxima terça-feira receberemos aqui professores da UFMG e pessoas que são favoráveis à sacola. Espero que a dona de casa venha para dizer o seguinte: não brigamos por isso. Antigamente havia o movimento fiscal do Sarney. Onde estão os movimentos das donas de casa e de defesa do consumidor, para serem contra? A população, em geral, já é contra e será ainda mais.

Sr. Presidente, encerro agradecendo. Nestes dois minutos finais, estarei limpando toda essa sujeira que fiz com o arroz e o feijão; aliás, ainda os lavaremos e usaremos. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/6/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão**

exonerando, a partir de 2/7/2012, Aniceto Ferreira dos Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/7/2012, Marco Aurélio Cordoní Nogueira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/7/2012, Maurici Zaias do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/7/2012, Otoniel Santos Alves do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/7/2012, Renato Alves Pereira do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/7/2012, Sueli Aparecida Moraes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Carmen Dionília Amancio de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Marco Aurélio Cordoní Nogueira para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Patrícia Carla de Melo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Renato Alves Pereira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Sueli Aparecida Moraes para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Antônio Lerin**

exonerando, a partir de 1º/7/2012, Carine Soares Barreto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado Almir Paraca**

exonerando Adenilson Rodrigues Rubim do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando Ana Caroline Alves do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando Cleidiane da Silva Batista Carneiro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando Edilberto Fernandes Pinto do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

exonerando Elaine Cristina de Freitas Maia Jardim do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Liane Barbosa Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Magda Morato Resende do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Marlon Gouveia Coimbra do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Mauro Lucio Goiatá Campante do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando Paulo Afonso Anacleto Torres do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas;

exonerando Ronaldo dos Reis Claudino Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Sander Cícero Uilhôa Almeida do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

exonerando Valdiney Aparecido de Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Vinícius Lemos do Prado do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando Waldeci Pereira da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Ana Caroline Alves para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

nomeando Elaine Cristina de Freitas Maia Jardim para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Paulo Afonso Anacleto Torres para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Rafael Azevedo Lembi de Carvalho para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;





nomeando Ronilson Tadeu Alves da Silva para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;  
nomeando Roselane Andréa da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Carlos Henrique**

exonerando Gessé Ferreira dos Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;  
exonerando Marcos de Lemos Carsalade do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;  
exonerando Paulo Fernandes Cardoso do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;  
nomeando Luan Rammel Ferreira Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;  
nomeando Paulo Fernandes Cardoso Júnior para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;  
nomeando Sylvania Maria do Nascimento Carsalade para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel**

exonerando, a partir de 2/7/2012, José do Espírito Santo Filho do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas;  
exonerando, a partir de 2/7/2012, Sivanilton Quintanilha do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado Célio Moreira**

exonerando Everson Resende Carmo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Deiró Marra**

exonerando Ivanderlei Silva dos Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;  
exonerando Raquel Aparecida Rezende Moraes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;  
exonerando Thiago Oliveira Malagoli do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;  
nomeando Gustavo Rosa Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;  
nomeando Marcelo Oliveira Malagoli para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;  
nomeando Neuza Gonçalves Moraes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado Duílio de Castro**

exonerando, a partir de 1º/7/2012, Geraldo Gomes da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;  
exonerando, a partir de 1º/7/2012, Renato Abreu Nogueira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;  
nomeando Denilsa Avelina Gonçalves Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;  
nomeando Geraldo Gomes da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Durval Ângelo**

exonerando, a partir de 2/7/2012, César Martins Machado do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;  
exonerando, a partir de 2/7/2012, Márcia Andréa Rodrigues Ferreira do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;  
nomeando César Martins Machado para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;  
nomeando Márcia Andréa Rodrigues Ferreira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Fábio Cherem**

exonerando Adryane Oliveira Bezerra Prince do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
exonerando Antonio Marcos Possato do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;  
exonerando Aristides Silva Filho do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;  
exonerando Douglas Ferreira de Freitas do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;  
exonerando Gláucia Costa Teixeira Thomaz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
exonerando Lucas Loureiro Ticle do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;  
exonerando Luciane Pereira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;  
exonerando Luiza Maria Lima Menezes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
exonerando Maria Rosângela Silveira Peret do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;  
exonerando Paulo Rogerio de Souza do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;  
exonerando Renata Carolina Silva Andrade do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;  
exonerando Romíria de Castro Araújo do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;  
exonerando Vanderlei Mesquita do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
nomeando Gláucia Costa Teixeira Thomaz para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas;  
nomeando Lucas Loureiro Ticle para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas;  
nomeando Luciane Pereira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;  
nomeando Maria Geralda Gomes Martins para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
nomeando Maria Rosângela Silveira Peret para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;  
nomeando Renata Carolina Silva Andrade para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;  
nomeando Romíria de Castro Araújo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Gustavo Valadares**

exonerando, a partir de 2/7/2012, Mário Celestino da Silva Junior do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Eva Rosalina Borges para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Hélio Gomes**

exonerando, a partir de 2/7/2012, Fábio Pereira da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;  
nomeando Tihago Miguel Pereira da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

**Gabinete do Deputado Neider Moreira**

exonerando, a partir de 2/7/2012 Márcio Gonçalves Pinto do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso**

exonerando Cícero Reis Soares do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando Marilene Alves Torres do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Barbara Reis Soares para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Tenente Lúcio**

exonerando, a partir de 2/7/2012, Adaisa Martins Campos Cardoso do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/7/2012, Célio Marques Garcia do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/7/2012, Elaine Barboza Ribeiro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/7/2012, Gideon Pena Rocha do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/7/2012, Josefina Pires da Silva do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/7/2012, Roseli Martins de Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/7/2012, Wender Marques Andrade do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 4 horas;

nomeando Alexandre Campos Cardoso para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Amanda Borges Teixeira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Cristiano Ferreira Arruda para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Letícia Martins de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Lucas Célio Alves Garcia para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas;

nomeando Mário José dos Santos para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Raquel de Souza para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 4 horas.

**Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda**

exonerando, a partir de 2/7/2012, Agnaldo Lúcio dos Santos do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Magna Martins da Costa Santos para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Luís Roberto Pieroni do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Fernando Bueno de Paiva para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Livia Cabral Sátiro Luiz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c o artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, e 19.838, de 2/12/2011, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e da Resolução nº 5.086, de 31/8/1990, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 18/6/2012, o servidor Marco Aurélio Colombini, inscrito no CPF sob o nº 255.556.266-49, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, padrão VL-70, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/6/2012, o servidor Paulo Roberto Valques Milani, inscrito no CPF sob o nº 910.909.208-06, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-66, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2012****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 32/2012**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 10h30min do dia 12/7/2012, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade o fornecimento, com instalação, de divisórias sanitárias.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$ 0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 29 de junho de 2012.



Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

## **AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 53/2012**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Use Móveis para Escritório Ltda. Objeto: aquisição de mobiliário. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90(10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Pregão Eletrônico nº 045/2011 – Processo nº 23199.000656/2011-19.

## **AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 54/2012**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artline Ind. e Com. de Móveis Ltda. Objeto: aquisição de mesas de reunião. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90(10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – Pregão Eletrônico nº 014/2011 – Ata de Registro de Preços nº 05/2011 – Processo nº 41.662/2010.



## **ERRATA**

### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.773/2011**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/6/2012, na pág. 36, onde se lê:

“Lafayette de Andrada, Presidente - João Leite - Tiago Ulisses, relator”, leia-se:

“Lafayette de Andrada, Presidente - João Leite, relator - Tiago Ulisses”.